**PROJETO DE LEI Nº 011, DE 17 DE JANEIRO DE 2025.**

*Dispõe sobre a revisão geral anual dos servidores públicos municipais, fixa o valor do Padrão Básico Referencial de Remuneração (PBRR) em R$ 906,26 (novecentos e seis reais e vinte e seis centavos) a partir de 01/01/2025 e dá outras providências.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAJEADO, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A revisão geral anual, de que trata o inciso X, parte final, do art. 37 da Constituição Federal, é concedida com a aplicação do índice de 4,83% (quatro, oitenta e três por cento) sobre os vencimentos dos servidores do Município, para:

I – Quadro do Magistério Público Municipal;

II – Contratações Emergenciais;

III – Quadro dos Empregados Públicos;

IV – Quadro Geral dos Cargos de Provimento Efetivo;

V – Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas;

VI – Comissionamentos pela Coordenação de Trabalhos;

VII – Conselheiros Tutelares;

VIII – Aposentados e pensionistas.

Art. 2º Concede ao quadro de servidores descrito no artigo 1º, à título de aumento real, 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento) de reajuste sobre os vencimentos, a partir de 01 de janeiro de 2025.

Art. 3º Aos empregados públicos ocupantes dos empregos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias e aos contratados emergenciais ocupantes desses empregos, à título de aumento real, além do percentual constante no art. 2º, concede-se mais 2,0070% (dois vírgula zero zero setenta por cento) de reajuste sobre os vencimentos, a partir de 01 de janeiro de 2025.

Art. 4º O índice estabelecido para a revisão geral anual disposto no art. 1º é extensivo aos inativos e pensionistas, em atendimento ao art. 40, § 8º da Constituição Federal.

§ 1º Aos servidores inativos e pensionistas com regra de paridade, aplicar-se-ão os índices estabelecidos nos artigos 1º e 2º desta lei;

§ 2º Aos servidores inativos e pensionistas sem regra de paridade, aplicar-se-á o índice estabelecido no art. 1º desta lei.

Art. 5º É fixado em R$ 906,26 (novecentos e seis reais e vinte e seis centavos), o valor do Padrão Básico Referencial de Remuneração (PBRR) dos servidores públicos municipais elencados nos incisos do art. 1º desta lei, a partir do dia 01 de janeiro de 2025.

Art. 6º Fica reajustado em 5,50% (cinco, cinquenta por cento) o valor da Bolsa Auxílio paga aos estagiários do Município.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas seguintes fontes de recurso:

02.01.04.122.0003.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

02.01.04.124.0003.2007 - Manutenção do Controle Interno

02.01.04.131.0003.2011 - Manutenção da Assessoria de Imprensa 03.01.15.451.0004.2006 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Mobilidade 05.01.04.122.0003.2010 - Manutenção da Secretaria de Administração

05.01.09.274.0003.3002 - Aposentadorias e Pensões

06.01.04.123.0003.2015 - Manutenção da Gestão Financeira e Orçamentária

06.01.04.129.0003.2270 - Manutenção da Fiscalização Tributária

07.01.04.122.0003.2017 - Manutenção do Setor Administrativo da Coordenadoria de Obras

07.03.04.122.0003.2265 - Manutenção do Setor Adm do Departamento de Serviços Urbanos

08.01.18.122.0003.2128 - Manutenção do Setor Adm da Secretaria do Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade

10.01.12.122.0003.2035 - Manutenção da Secretaria da Educação

10.02.12.361.0009.2039 - Manutenção do Ensino Fundamental

10.03.12.365.0009.2043 - Manutenção da Educação Infantil

11.01.08.122.0003.2056 - Manutenção do Setor Adm da Secretaria do Desenvolvimento Social

11.01.08.243.0010.2004 - Manutenção do Conselho Tutelar

11.01.08.245.0010.2275 - Manutenção dos Serviços do CRAM

11.02.16.482.0011.2049 - Manutenção das Atividades de Habitação 11.03.08.245.0010.2087 - Manutenção dos Serviços do Bloco da Proteção Social Básica

11.03.08.245.0010.2088 - Profissionais Cedidos a Entidades Assistenciais

11.03.08.245.0010.2112 - Manutenção dos Serviços do Bloco da Proteção Social de Média e Alta Complexidade

12.01.23.691.0012.2060 - Manutenção do Desenvolvimento Econômico

12.02.23.695.0012.2044 - Manutenção do Turismo

12.04.20.606.0013.2264 - Manutenção da Agricultura

13.01.13.392.0014.2064 - Manutenção da Cultura

13.01.27.812.0014.2205 - Manutenção do Esporte e Lazer

14.01.10.122.0003.2179 - Manutenção da Secretaria da Saúde

14.01.10.122.0003.2273 - Manutenção do Conselho Municipal da Saúde

14.01.10.122.0003.3004 - Transferência de Recursos a Consórcio de Saúde

14.01.10.301.0015.2167 - Manutenção das Ações de Saúde Básica

14.01.10.301.0015.2168 - Agentes Comunitários de Saúde

14.01.10.302.0015.2174 - Manutenção da Rede de Saúde Mental

14.01.10.302.0015.2181 - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA

14.01.10.303.0015.2188 - Manutenção da Farmácia 14.01.10.304.0015.2171 - Manutenção Vigilância Sanitária

14.01.10.305.0015.2170 - Manutenção Vigilância Epidemiológica, Ambiental e do Trabalhador

14.01.10.305.0015.2173 - Manutenção SAE

18.01.06.181.0016.2240 - Manutenção de Ações de Segurança Pública

18.02.15.452.0018.1046 - Criação da Guarda Municipal de Trânsito

18.02.15.452.0018.2238 - Manutenção do Departamento do Trânsito e Transportes Urbanos

18.05.06.182.0017.2130 - Manutenção da Defesa Civil

19.01.03.092.0003.2008 - Manutenção da Procuradoria Jurídica

19.02.03.092.0003.2008 - Manutenção da Procuradoria Jurídica

20.01.09.122.0019.2050 - Manutenção do Fundo de Previdência

20.01.09.272.0019.3051 - Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios

3.1.90.01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS

3.1.90.03 - PENSÕES

3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

3.1.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

3.1.90.16 - OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL

3.1.90.94 - INDENIZACOES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

3.1.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Art. 8º Fica aberto Crédito Suplementar na Lei Orçamentária de 2025, Lei nº 11.815/2024 no valor de R$ 2.309.380,00 (dois milhões, trezentos e nove mil, trezentos e oitenta reais), classificado sob as seguintes dotações orçamentárias:

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0003.2010 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL (2286)

R$ 2.309.380,00

Recurso: 2500

Art. 9º Como cobertura do Crédito Suplementar aberto no art. 8°, servirão de recursos as seguintes fontes:

Superávit financeiro

Recurso: 2500 R$ 2.309.380,00

**Total Fonte de Recursos** **R$ 2.309.380,00**  
   
 Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2025.

**GLÁUCIA SCHUMACHER**

**PREFEITA**

**JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 011/2025**

Expediente: 40683/2024

**SENHORA PRESIDENTE,**

**SENHORES VEREADORES.**

Encaminhamos para apreciação desse Poder Legislativo o anexo Projeto de Lei que *“Dispõe sobre a revisão geral anual dos servidores públicos municipais, fixa o valor do Padrão Básico Referencial de Remuneração (PBRR) em R$ 906,26 (novecentos e seis reais e vinte e seis centavos) a partir de 01/01/2025 e dá outras providências”.*

A Constituição da República, no art. 37, inciso X, parte final, assegura a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, a ser concedida sempre na mesma data e sem distinção de índices, confira-se:

Art. 37

(...)

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Como é do conhecimento dos Nobres Edis, a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos tem como finalidade a recomposição do poder aquisitivo da moeda, sendo esta uma das suas características. Por outro lado, atendendo ao mandamento constitucional, o art. 74 da Lei Complementar nº 001/2016, estabeleceu que o mês de janeiro de cada ano é a data base para a revisão do piso referencial a todos servidores do Poder Executivo.

Em atendimento às disposições legais, a propositura em tela estabelece um reajuste salarial de 4,83% (quatro, oitenta e três por cento) para todo quadro de servidores do Poder Executivo. Cabe esclarecer que no período de dezembro/2024 a dezembro/2025, o IPCA registrou alta de 4,83% (quatro vírgula oitenta e três por cento), valor que será concedido à titulo de reajuste salarial aos servidores.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), índice oficial da inflação no país, vem sendo adotado pela administração municipal desde 2017, como o índice base para a revisão geral anual dos servidores públicos municipais.

Além disso, a propositura estabelece um aumento real de 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento) para os servidores dos seguintes quadros: Magistério Público Municipal, Contratações Emergenciais, Quadro Geral dos Cargos de Provimento Efetivo, Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, Comissionamentos pela Coordenação de Trabalhos, Conselheiros Tutelares, Aposentados e pensionistas e Empregados Públicos, chegando-se a um reajuste efetivo de 5,50% (cinco vírgula cinquenta por cento).

Por outro lado, o salário-mínimo nacional, que serve de base para o piso nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, passou de R$ 1.421,00 para R$ 1.518,00, a partir do dia 01 de janeiro de 2025, conforme disciplinou o Decreto Federal nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024. Ante a necessidade do Município contemplar o piso nacional à estes empregados públicos, além do índice de 4,83% estabelecido à título de revisão geral anual, será concedido um aumento real de 2,6770 (artigos 2º e 3º), perfazendo um reajuste total de 7,51% a fim de atingir o piso nacional.

No que se refere ao piso nacional do magistério, a Portaria Interministerial MEC/MF nº 14, de 27 de dezembro de 2024, estabeleceu as estimativas, os valores, as aplicações e os cronogramas de desembolso das complementações da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, para o exercício de 2025, nas modalidades de VAAF (valor anual por aluno), VAAT (valor anual total por aluno) e VAAR (valor anual por aluno decorrente da complementação VAAR). Em consonância às disposições da Portaria Interministerial, o piso nacional do magistério para 40 horas semanais passou a ser de R$ 4.867,77.

Com a revisão ora estabelecida, o padrão básico de vencimento dos servidores públicos municipais passará a ser de R$ 906,26 (novecentos e seis reais e vinte e seis centavos), a partir de 01 de janeiro de 2025.

Além disso, aos estagiários do Poder Executivo também será aplicado o reajuste de 5,50% (cinco, cinquenta por cento) sobre o valor da Bolsa Auxílio. O reajuste do vale-alimentação será encaminhado por meio de projeto de lei específico sobre o tema.

Cabe esclarecer que as projeções de despesa com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida para o atual exercício e os próximos dois estão dentro dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme consta no anexo parecer da Secretaria da Fazenda.

Importa destacar que o Poder Executivo reuniu-se com os representantes dos Sindicatos dos Professores e Servidores nos dias 13 e 16 de janeiro de 2025, para tratar sobre os índices ora propostos.

Por fim, para que a folha de pagamento dos servidores públicos municipais possa ser gerada dentro do prazo, já com o valor da reposição a partir do mês de janeiro, solicitamos que a matéria seja apreciada em regime de urgência, conforme dispõe o art. 41 da Lei Orgânica Municipal.

**LAJEADO, 17 DE JANEIRO DE 2025.**

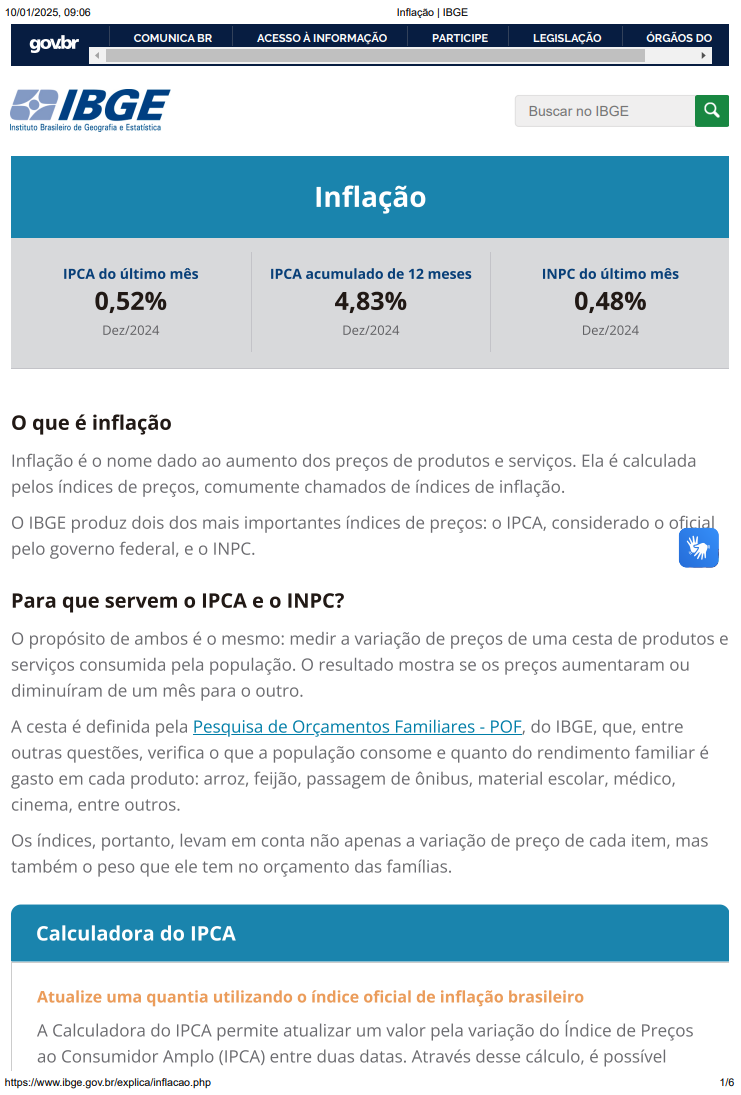
**GLÁUCIA SCHUMACHER**

**PREFEITA**

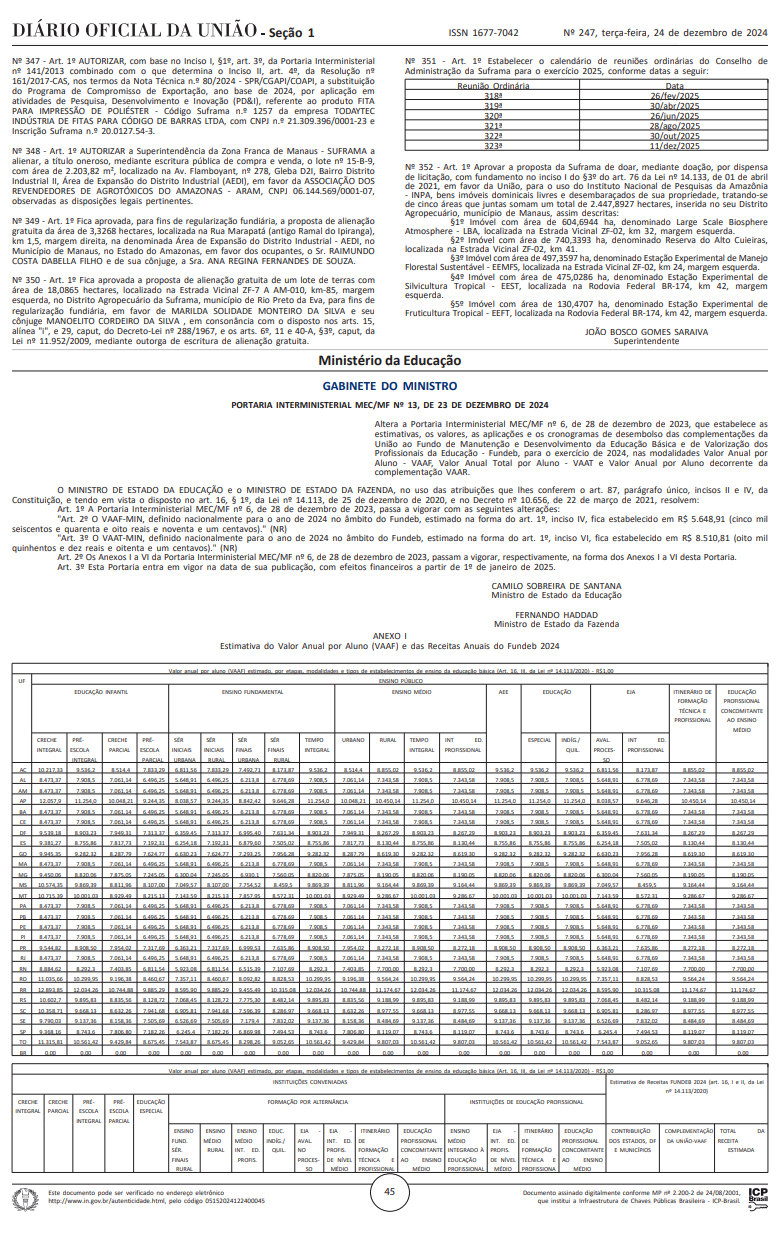
****

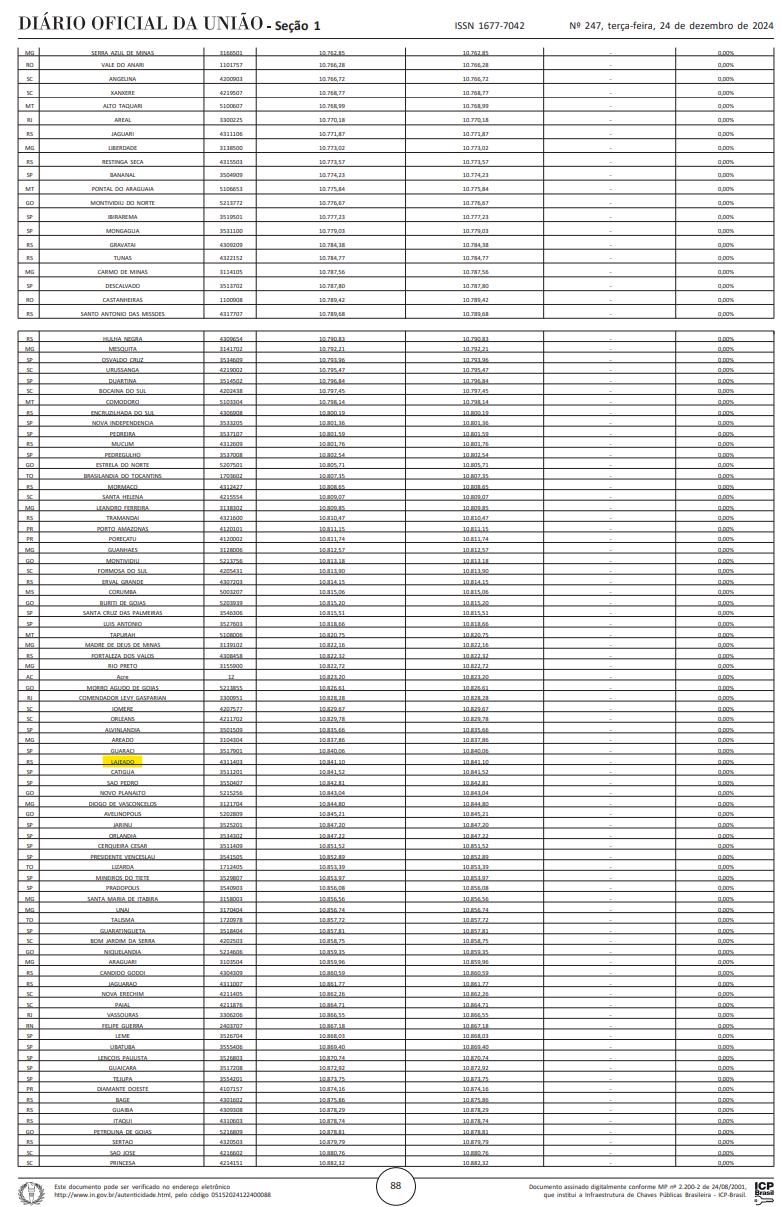
****

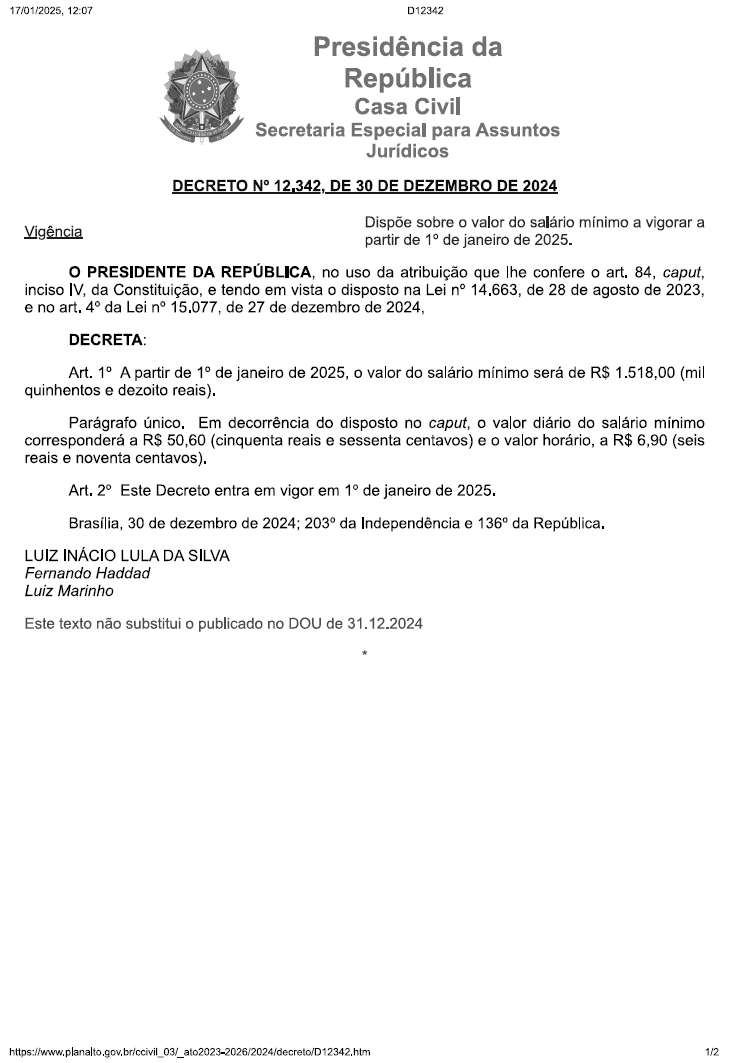
****

****

****



****

****